



DO COMUNISMO AO FEMINISMO: A TRAJETÓRIA DE ZULEIKA ALAMBERT

Rachel Soihet¹

Ia chegar um navio espanhol no cais de Santos. A minha cabeça matutou logo né, não esse navio não pode chegar. Se todos os marinheiros do mundo estavam boicotando os navios de Franco. Eu digo: não, esse navio não pode entrar no cais. Ele não pode descarregar esse navio. (...) Eu fui, cheguei lá “ninguém pode (...) tirar, não pode desembarcar esse navio aqui. Não pode descer nenhuma mercadoria dele aqui. De parede em parede, eu falando para os estivadores, né. Menina, chegou o dia que o navio vem vindo lá, vem vindo. Eu fui pro cais e estavam os estivadores todos lá, parados. Eu disse, ninguém vai pegar nada lá. Quero ver como é que ele vai desembarcar isso. Aí eu fiquei líder dos estivadores, inconsciente né, inconsciente. Então eu digo, ninguém vai desembarcar. Eles vão ter que chegar aqui e voltar de onde eles vieram. E eles foram entrando, entrando. Menina, a estiva inteira parou. Todo mundo de braço cruzado e o navio entrando, entrando nenhum tirou nenhum grão de café daquele navio. Aí não puderam descer a carga, fizeram o retorno para voltar, entende? Aí minha filha, os estivadores ficaram enlouquecidos comigo, tudo por acaso... aí depois eu mostro para vocês, Santos resolveu fazer uma homenagem para mim².

O relato de Zuleika Alambert diz respeito a um acontecimento que teria sido marcante para o seu ingresso no Partido Comunista, do qual foi eleita representante à Câmara de Deputados paulista em 1945, com apenas 23 anos. Em que pese sua cassação em 1947, devido à instauração da guerra fria e da conseqüente decretação da ilegalidade do Partido, sua trajetória no mesmo pode ser caracterizada como ascendente. Nele foi a primeira mulher no Brasil a se tornar membro do Comitê Central, posição inacessível para a maioria das militantes, embora ela hoje o relativize alegando: “Eu era o álibi. Usada pra dizer tem uma mulher lá e tal”³. Isto, porque segundo a própria Zuleika

O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafés, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante⁴.

Na verdade, os comunistas mantiveram com as mulheres uma relação ambígua. Por um lado, acentuavam a necessidade de fazê-las participar de forma mais incisiva das atividades partidárias, a fim de evitar que se aliassem às forças atrasadas e que assumissem concepções burguesas. Por outro lado, o movimento comunista oficial reservava às mulheres um papel

¹ Professora do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense - UFF e pesquisadora com Bolsa de Produtividade do CNPq.

² Entrevista de Zuleika Alambert concedida a Rachel Soihet e as bolsistas de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq Suane Felipe Soares e FAPERJ Bianca Jager Bettini a 19 de maio de 2009.

³ Idem, *Ibidem*

⁴ Entrevista de Zuleika Alambert a Maira Luisa Gonçalves de Abreu. In: *O PCB e a Questão Feminina (1970-1979)*. Florianópolis. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, 25 a 28 de agosto de 2008, p. 2, http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST45/Maira_Luisa_Goncalves_de_Abreu_45.pdf. Acesso a 29.08.2009.



subalterno, excluídas das funções politicamente mais relevantes, de maior poder decisório⁵, como fica claro na colocação da própria Zuleika.

Ainda, em meio às lutas das mulheres pelo reconhecimento de direitos, o lema era o de que sua total libertação só seria possível com a instauração do socialismo, diluindo-se toda a sua problemática nas relações de classe. Retirava-se, desse modo, qualquer especificidade no que tange a sua situação. A interpretação de Engels de que a origem da opressão feminina resultara do estabelecimento da propriedade privada e da sociedade de classes mantinha-se como base da subordinação feminina, do que decorria a crença de que somente sua derrubada e o estabelecimento do socialismo selariam a libertação das mulheres. De acordo com esta posição, o texto da III Internacional enfatiza que as mulheres comunistas deveriam rejeitar qualquer tipo de colaboração com as feministas burguesas, pois sua “dupla opressão” – o capitalismo e a dependência doméstica – só se resolveria no quadro da “ditadura do proletariado”⁶. Reiterando tal proposta, Clara Zetkin acentuava:

O princípio guia deve ser o seguinte: nenhuma agitação especificamente feminista senão agitação socialista entre as mulheres. Não devemos pôr em primeiro plano os interesses mais mesquinhos do mundo da mulher: nossa tarefa é a conquista da mulher proletária para a luta de classes⁷.

Com os movimentos feministas, a partir dos anos 1960 inúmeras foram as situações em que tal pressuposto esteve presente, o que podemos aferir das atitudes tomadas com relação ao Centro da Mulher Brasileira – CMB. Surgida no Rio de Janeiro em 1975, esta entidade enfrentou tanto a vigilância do governo, que via com desconfiança qualquer forma de organização da sociedade, assim como a oposição dos grupos de esquerda, os quais consideravam que a luta deveria se polarizar contra o governo autoritário e a desigualdade de classes aqui vigente, considerando o feminismo como um fenômeno burguês. Acresce o fato de que particularmente, com relação ao Partido Comunista, observa-se a iniciativa de tornar aquelas que dele faziam parte um instrumento para implementação de suas propostas no CMB. O que se depreende deste depoimento, em que sua autora reconhece que “foi feita uma reunião do partido em termos de organizar uma base dentro do Centro da Mulher Brasileira”⁸

⁵ Maria Lygia Quartim de Moraes. “O Encontro Marxismo-Feminismo no Brasil” In: Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas – SP. Editora da UNICAMP, 2007, p.349.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 350.

⁷ Clara Zetkin. *La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo*. Barcelona, Anagrama, 1976, p.107, Apud Maira Luisa Gonçalves de Abreu. “O Feminismo do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris” In: Maria Lygia Quartim de Moraes (Org.) *Memórias da Repressão Militar e da Resistência Política*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009 (Série Idéias), p. 48.

⁸ Entrevista da Dr^a Maria do Espírito Santo Tavares do Santos (Santinha), concedida a Rachel Soihet em 20 de maio de 2005.



Igualmente, cabe mencionar a experiência vivida pelo grupo formado em 1972 em Paris com brasileiras e algumas latino-americanas, por iniciativa de Danda Prado, o qual assumiu feição similar aos grupos de consciência norte-americanos, ou como aqueles do Mouvement de Libération des Femmes - MLF na França⁹. Logo se fez sentir a ação da Frente de Brasileiros no Exílio que exigiu canalizar o grupo para tarefas voltadas para o combate à ditadura no Brasil, a partir de sua direção. Ante a recusa de Danda ameaçaram retirar o apoio às famílias, cujas mulheres continuassem participando daquelas reuniões, o que significava a perda de ajuda financeira, emprego, etc. O argumento era o de que o grupo estava colocando as mulheres contra os homens nos casamentos e nas ligações, contribuindo para desajustar a vida dos companheiros. Como resultado os homens passaram a pressionar suas companheiras para que se afastassem do grupo, do que decorreu a saída de muitas das brasileiras¹⁰.

Estas posições da esquerda, não apenas no Brasil, como na França ou em outros países ocidentais, levam Christine Delphy a afirmação de que “a esquerda, e mais exatamente a extrema esquerda, foi o interlocutor privilegiado e o ‘principal inimigo’, dos feminismos¹¹. Inúmeras mulheres que se engajaram nas lutas em favor das minorias, contra as desigualdades sociais e contra o imperialismo, gradativamente, perceberam a ironia da situação, estavam, igualmente, e em nome dessa luta, numa condição de desigualdade. Manifesta-se, assim, a síndrome do colonizado, paradoxo destacado pelos vietnamitas e argelinos: “é com o país, ou com o sexo colonizador, que aprendemos os valores que ele não nos aplica, e que retornamos então contra ele”¹².¹³ Compreende-se, daí a apropriação da palavra “liberação”, associada às lutas contra o colonialismo, por correntes feministas, tornando-se metáfora instrumental para a confecção de um sentimento de solidariedade de gênero.

É nesse contexto que Zuleika Alambert entra em contato mais de perto com os feminismos. Em 1970, esta se asilou no Chile, durante o governo de Salvador Allende, diante do acirramento das perseguições movidas pela ditadura contra as esquerdas. Nesse momento, não teria sentido a

⁹ Movimento de Liberação de Mulheres, ver Joana M^a Pedro. “Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne - Rede de Divulgação Feminista dos anos 70 e 80” In: Cristina Scheibe Wolff e Marlene de Ramos Faveri (Orgs). *Leituras em Rede. Gênero e Preconceitos*. Florianópolis: Mulheres, 2007, p.11. .

¹⁰ O grupo Front Brasileiro era formado por homens e mulheres brasileiros, este era representante do PC francês. Todos os grupos tinham representantes no Front, assim como pessoas independentes. Esta era uma forma de se manter a par dos acontecimentos no Brasil, além de obter a entrada de crianças na escola, encontrar apartamento e trabalho, enfim tudo era o Front que conseguia. Quem participasse do Nosotras e do Grupo Latino-americano de Mulheres estaria fora da rede de ajuda do Front. Anette Goldberg. *Feminismo e Autoritarismo. A Metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado: UFRJ, 1987, p. 71/72.

¹¹ Christine Delphy. “Feminismo e Recomposição da Esquerda” *Revista Estudos Feministas Vol.2 N.3*. Rio de Janeiro: CIEC-UFRJ, 1994, p.189.

¹² Idem, *ibidem*.



sensação de exílio, tal o seu entusiasmo com a experiência que estava ocorrendo naquele país. Acentua que naquela ocasião preocupou-se em trabalhar politicamente as mulheres brasileiras que ali se encontraram. De acordo com algumas fontes, esta seria uma incumbência que lhe foi atribuída pelo Partido Comunista a fim de organizar e conscientizar as mulheres, do que resultou o *Comitê de Mulheres Brasileiras no Exílio*¹⁴. Mas, segundo suas palavras, ela teria assumido esse papel, também, diante das posições conservadoras assumidas pelas mulheres, frente aos movimentos revolucionários, como ocorrera no Brasil com aquelas que apoiaram o golpe militar de 1964 e com aquelas que se manifestavam contra o governo da Unidade Popular no Chile, exemplificando com a célebre marcha das panelas vazias. Mas, também, sentia-se motivada, diz ela:

(...) porque eu via as mulheres brasileiras muito dependentes dos seus maridos. A maioria dos exilados eram homens, que levavam as suas famílias. Então as mulheres eram as mulheres dos exilados. O que não quer dizer que não houvesse algumas dezenas que tivessem participado em ações políticas no Brasil, e por causa disso tivessem também de buscar o exílio. Mas a grande maioria estava lá em função dos maridos e eram as grandes marginalizadas. Marginalizadas da sociedade chilena, porque não eram chilenas, não falavam nem a língua. Marginalizadas como mulheres dentro das suas próprias famílias, porque os homens eram políticos, continuavam as suas ações, e elas ficavam em casa¹⁵.

Enumera a seguir uma série de realizações levadas a efeito com vista à participação dessas mulheres, dentre elas a idéia de criação do citado Comitê, em que pese a ressalva de que este seria um movimento “*feminino e não feminista*”¹⁶. Assim, propunha-se a lutar pela emancipação da mulher, o que deveria se concretizar através da emancipação política, econômica e social do país, denunciando-se a política da ditadura em todos os níveis – prisões, torturas e assassinatos de revolucionários - o que no momento seria o ponto alto da campanha. Ainda são feitas referências ao propósito de estudar problemas relacionados com a mulher, quanto à luta por direitos formulados de maneira vaga, direitos de seus filhos e pela sua emancipação como mães. Finalizava, ressaltando que sua verdadeira emancipação somente seria alcançada, a partir da libertação de todo o seu povo¹⁷. Mas, de acordo com a entrevista de Zuleika Alambert a Albertina de Oliveira Costa, nele se teria dado “o primeiro despertar para o problema específico da mulher”, atentando-se, ainda de forma limitada para problemas como planejamento familiar, divórcio, aborto e falta de trabalho.

Em meio à ida para a Europa e a emergência das questões especificamente feministas, teria ela se voltado para a sua própria condição, levando a efeito uma reavaliação de sua trajetória.

¹⁴ Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. “Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris” *Art Cultura. Revista de História, Cultura e Artes* V.9 N. 14. Uberlândia: EDUFU, jan-jun. 2007, p.64.

¹⁵ Albertina de Oliveira Costa et alii (orgs). *Memórias das Mulheres do Exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.60/61.

¹⁶ Maira Luisa Gonçalves de Abreu. Op. Cit. p. 4

¹⁷ *Unidade e Luta*, n. 5 e 6, janeiro-abril de 1973 Apud Maira Luisa Gonçalves de Abreu. Op. Cit. p. 4



Na França é que eu entrei em contato com grupos feministas e aí comecei a freqüentar eles lá e aí aprendi muita coisa do feminismo naquela época, hoje eu acho que eu sou mais feminista que qualquer feminista, porque eu digo, eu sou eco-feminista¹⁸

Cabe ressaltar que paralelamente ocorria uma mudança na posição do Partido Comunista com relação às mulheres. Nesse sentido, é bastante representativo um documento de janeiro de 1975, “Trabalho do Partido entre as mulheres”. De acordo com o mesmo, o Partido “em todo o curso de sua existência, sempre teve preocupação, embora formal, com a mulher”. É ressaltada a pequena presença de mulheres militantes e a quase inexistência de “quadros femininos” nas direções, a falta de uma política clara em relação às mulheres, a precária participação nos eventos internacionais e o desaparecimento dos órgãos femininos. E conclui que o partido “nunca encarou com profundidade a questão da mulher, tanto teoricamente como politicamente”. Teoricamente, nada de novo tinha sido produzido “salvo duas ou três palavras colocadas no conjunto de enormes documentos apenas para dizer que falamos nele”. Politicamente, o Partido nunca teria considerado o trabalho junto às mulheres uma tarefa política de todo o Partido, deixando esse trabalho nas mãos de “meia dúzia de abnegadas companheiras”. Além disso, o documento critica a ausência dos melhores quadros nesse trabalho, acentuando a necessidade de medidas que garantissem a participação da mulher num plano de completa igualdade com o homem.¹⁹

Era necessária uma batalha “interna” e “externa” para superar esse estado de coisas. O problema não podia mais ser adiado, dizia o documento. Por isso, propõe-se a criação de seções femininas, promoção de quadros femininos de forma paritária aos quadros masculinos, estudo da condição da mulher e um combate às tendências patriarcais e machistas no seio do Partido²⁰.

Em meio a esse debate, tomava vulto o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris em abril de 1976, constituído por vinte mulheres, embora tivessem publicado um boletim, desde 1975, que durou até 1979. A sede das reuniões era a *Maison Du Brésil* e segundo Anette Goldberg, uma de suas integrantes, tiveram forte influência do feminismo francês²¹. A influência já estabelecida do Círculo entre a comunidade exilada teria impedido a formação de órgãos femininos do próprio Partido. Nesse sentido, o Comitê Central do PCB convocou reuniões, a fim de discutir a questão feminina, das quais a discussão mais consistente ocorreu na França, entre 1976 e 1979, sendo produzidos diversos documentos. Inclusive, é emitido um parecer considerando fundamentais os problemas abordados e as discussões realizadas no âmbito do Círculo. Embora façam uma

¹⁸ Entrevista concedida a Rachel Soihet e bolsistas citadas.

¹⁹ Maira Luisa Gonçalves de Abreu. Op. Cit. p. 5/6.

²⁰ Idem, Ibidem..

²¹ Anette Goldberg. Op. Cit. P. 150; Joana Maria Pedro. Op. Cit.p. 270.



referência irônica às “deformações ideológicas ‘sexistas’ que se manifestam em numerosos enfoques”, reafirmam a importância dos temas presentes nos debates, refletindo problemas reais que tendem a crescer na consciência de um número cada vez maior de mulheres. Afirmam ser imprescindível uma maior atenção em face de temas tais como o da sexualidade, o das relações entre homem e mulher, o da família, o da transmissão de papéis masculinos e femininos através da educação, o do controle de natalidade, etc.²²

Observa-se, dessa forma uma mudança na posição do Partido com relação às questões das mulheres e o termo feminismo é apresentado de forma positiva nos debates aí ocorridos. Conclui-se acerca da necessidade de um movimento específico contra estas formas de exploração, devendo se acrescentar à luta pela emancipação do proletariado a luta pela emancipação das mulheres. E, numa clara referência aos grupos de reflexão acentuava-se que tal luta deveria partir dos problemas vivenciados pelas mulheres. Críticas são feitas a outros grupos que mantinham uma política para as mulheres similar àquela anteriormente levada a efeito pelo Partido. Também era manifestado o empenho do partido em levar a FDIM – Federação Democrática Internacional de Mulheres a implementar uma política, coerente com os novos pressupostos assumidos pelo Partido no que tange à problemática feminina. (DPCB-fevereiro de 1978)²³.

Em 1979, o Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, ainda no exílio aprova a resolução “*A Condição da Mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB*” e uma “*Plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher*”, que seriam publicados em livro em 1982²⁴. Os documentos pretendiam “iniciar uma renovação em todo o Coletivo Comunista, tanto em relação à sua maneira de pensar como na forma de organizar seu trabalho para levar à prática sua política para a mulher”. Nesse sentido, consideram o movimento feminista um movimento legítimo e que merece apoio dos comunistas: “[O] Coletivo comunista apóia e estimula o desenvolvimento no país do movimento feminista de modo a que ele sirva cada vez mais de instrumento principal de estudo dos problemas da mulher e de combate na luta por seus direitos e por sua libertação”²⁵.

O contraste com documentos da III Internacional é evidente. Novos temas, como contracepção, aborto, prostituição, são colocados em pauta. Outros temas, como, por exemplo, a

²² DPCB “Informe para a comissão feminina sobre o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris” - janeiro de 1978 apud. Maira Luisa Gonçalves de Abreu. Op. Cit, p.5/6.

²³ Idem, Ibidem.

²⁴ COLETIVO NACIONAL DE DIRIGENTES COMUNISTAS. *Os comunistas e a questão da mulher: igualdade, emancipação, libertação*. São Paulo: Cerifa-Novos Rumos, 1982, apud Op. Cit. P.6/7.

²⁵ Idem, Ibidem.



questão da dupla jornada de trabalho, ganham uma nova resolução, que não se resume à reivindicação de lavanderias coletivas, refeitórios, etc., mas envolve uma divisão igualitária dos afazeres domésticos. A tática utilizada para superar as desigualdades ficava centrada na reivindicação de direitos, de mudanças legais. Ao menos em teoria, modificações profundas foram efetuadas no programa do Partido. Do que se depreende que o contato com o movimento feminista europeu foi fundamental para essas mudanças, tendo o exílio, portanto, uma importância capital nessas novas elaborações.

Como resultado desse contato e de sua participação na elaboração dessas medidas, mas também de uma problemática existencial – o rompimento de sua relação afetiva com Armênio Guedes, também membro do Comitê Central do Partido Comunista e seu companheiro durante 27 anos – tais questões muito mobilizaram Zuleika e, segundo suas palavras: “Foi aí que comecei a analisar as coisas. A tentar entender porque uma mulher liberada que tinha feito tudo que queria, ameaçava desmontar-se pela questão afetiva”²⁶.

E ela que se julgava uma mulher “plenamente libertada” tomou consciência de uma série de dependências, o que aguçou sua sensibilidade para entender não apenas suas dificuldades do passado, mas também das coisas que teria de superar para poder dar uma real contribuição à causa para a qual lutava. Também, para ela, o exílio foi um elemento significativo para que estas questões aflorassem, através do qual assume ter adquirido um ganho com relação a questões para as quais até então não atentara:

As coisas que pude aprender na Europa. Os instrumentos que adquiri de análise e compreensão da mulher na sociedade me levariam a ter um senso crítico muito agudo para a sua aplicação à realidade brasileira. No Brasil temos de começar muito de baixo, de coisas muito pequenas. Tenho a impressão de que só muito recentemente começa a surgir lá uma noção muito clara de que a mulher, além de ser explorada como todo trabalhador, tem uma exploração adicional, específica.²⁷

E em seguida enumera uma série de experiências que denotam situações de dependência feminina, acentuando a sua problemática familiar, para a qual, entre outros, cita o autoritarismo de seu pai e o sofrimento de sua mãe; o sentimento de propriedade com relação ao outro; a busca de identificação pelas mulheres aos gostos masculinos, quanto a filmes, músicas etc. e o relacionamento afetivo como razão fundamental da existência. Ainda, refere-se à instrumentalização dos movimentos de mulheres pelos partidos políticos, afirmando que estes lançavam mão da mobilização das mulheres, mas passada a necessidade, elas eram postas de lado.

²⁶ “O machismo é forte no PCB, diz Zuleika” *Jornal República*. Rio de Janeiro. 05.11.1979.

²⁷ Albertina de Oliveira Costa et alii (orgs). *Op. Cit.* p. 64.



Refere-se aos novos tempos, nos quais as mulheres gritam por autonomia, não mais se deixando instrumentalizar, o que não quer dizer que tais movimentos autônomos sejam apolíticos.

É evidente que são políticos, porque dentro dos movimentos há mulheres políticas. Mas só que elas estão lá para debater democraticamente os problemas das mulheres, não para transformar essas organizações em pequenos biombos dos partidos políticos, que não são monopólios dos partidos: recusam-se a serem instrumentalizados²⁸.

De qualquer forma, esse processo de tomada de consciência de gênero, em termos de consciência de sua opressão, enquanto mulher, parafraseando E. P. Thompson, para o qual é no processo de luta que os explorados descobrem-se como classe²⁹, ocorreu de forma gradativa. Assim é que, perguntada se era feminista, em entrevista ao voltar para o Brasil, responde negativamente, acrescentando: “Sou uma marxista que se dedica ao problema da mulher”³⁰. Mas, refere-se de forma positiva às feministas, por terem levantado a questão cultural, ou seja, “a necessidade de se mudar a cabeça dos homens e das mulheres”. Questão que teria sido, segundo ela, subestimada pelos comunistas que se mantiveram economicistas, acreditando que a mudança das relações de classe significaria automaticamente a resolução dos problemas das mulheres. Reitera, porém, que as feministas “omitiram a premissa básica para a solução da opressão feminina, que é realmente o fim da dominação de classes”³¹.

De volta ao Brasil, em fins de 1979, Zuleika Alambert desenvolve esforços para implementar tais idéias. Logo faz uma série de declarações em que tais pressupostos ficam explícitos. Assim é que em matéria realizada, quando de seu desembarque é colocado o seu empenho em participar dos movimentos de emancipação da mulher “que sempre foram a razão da minha vida” completa ela. E, mais adiante, informa que no ano anterior conseguira fazer aprovar no Comitê Central do PCB uma resolução sobre a “Condição da Mulher na Sociedade Brasileira” que admite entre outras coisas, que “seria um erro pensar que a conquista de importantes reivindicações das mulheres só se dará com a extinção do capitalismo”³². Na mesma ocasião, em outro jornal já o título da matéria - “Comunista vai lutar contra o machismo até mesmo no PCB” - deixa clara sua aproximação com tais questões. E, mais adiante, completa que não vai haver democracia no Brasil “enquanto as mulheres forem marginalizadas”, acrescentando seu empenho em lutar pela igualdade dos direitos da mulher até mesmo no PCB, pois seus integrantes “como homens da sociedade

²⁸ Albertina de Oliveira Costa et alii (orgs). Op. Cit. p.67.

²⁹ EP Thompson. “Lucha de clases sin clases?” In *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p.37;

³⁰ “O machismo é forte no PCB, diz Zuleika” Op. cit.

³¹ Idem, Ibidem.

³² “Chega hoje Zuleika da cúpula do PCB” S/D. Arquivo pessoal de Zuleika Alambert.



brasileira trazem toda carga de preconceitos e coisas erradas no tratamento com as mulheres”³³. Esta é uma tecla, a partir daí, acionada a todo instante, repetindo a sua preocupação de trabalhar junto às mulheres³⁴.

E, com o passar do tempo, suas críticas se tornam mais profundas, além de referir-se explicitamente ao feminismo como alvo de sua atenção, dando mostras da elevação de sua consciência de gênero. Fato que pode ser constatado ao manifestar sua surpresa “ao ver no Brasil, como as brasileiras têm abordado com naturalidade e seriedade questões tidas há pouco tempo atrás como coisas “proibidas”, tais como o aborto, a frigidez sexual, etc.”³⁵. Posteriormente, em longo artigo, critica os partidos políticos que, em sua maioria, continuariam manipulando os movimentos sociais das mulheres e as entidades femininas como se estes fizessem parte deles, ou se constituíssem em simples prolongamento da organização partidária. Nesse sentido, acentua que somente através de um movimento autônomo, as mulheres seriam capazes de perceber a singularidade da questão feminina, ficando aptas a fazer propostas que transformassem a luta feminista num importante segmento do movimento democrático³⁶.

Cinco anos após sua chegada ao Brasil, ou seja, em 1984, Zuleika recebe a medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo, homenageada pela Câmara Municipal da referida cidade. Na ocasião pronuncia um discurso em que proclama a importância da democracia para a América Latina, referindo-se à Resolução Política de maio de 1979, elaborada pelo Coletivo de Mulheres Brasileiras no Exílio e atualizada posteriormente em abril de 1982 que trata da questão das mulheres para os comunistas. Em que pese ter sido aprovada pela direção, o encaminhamento político da proposta teria sofrido muita resistência, sendo necessário que algumas mulheres, de forma independente da citada direção, tomassem a iniciativa de divulgá-la junto à sociedade. Do que resultara que as pessoas que vinham lutando pela renovação e adaptação do partido às novas exigências da sociedade estivessem alijadas da estrutura partidária, dando mostras das dissensões que no momento assolavam o Partido e que resultariam, inclusive, em seu afastamento do mesmo.

³³ “Comunista vai lutar contra o machismo até mesmo no PCB” S/D. Arquivo pessoal de Zuleika Alambert.

³⁴ “O machismo é forte no PCB, diz Zuleika” *Jornal República*. 05.11.1979.

³⁵ “Zuleika lança livro e PCB divulga jornal” *Diário de Pernambuco*. 21.06.1980.

³⁶ Zuleika Alambert. “Partidos desrespeitam a autonomia do movimento feminino” *Voz da Unidade*. 29.05 a 04.06.1981.



Nesse sentido, constata-se que o contato com os feminismos, em uma situação de exílio, ao que se acrescia uma experiência das mais traumáticas, qual seja, o rompimento da relação após 27 anos de vida em comum com o seu companheiro possibilitaram a Zuleika Alambert a emergência de uma consciência de gênero. Assim, questões antes colocadas em segundo plano, vistas como próprias à esfera privada, tais como as relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à violência, foram legitimadas e trazidas à esfera pública, reconhecendo sua dimensão política. Parte para a afirmação do universo cultural feminino e sem abandonar as preocupações com as lutas gerais, temas tabus são trazidos à tona, forçando o alargamento e democratização daquele espaço.³⁷ Não mais aceitou transferir a discussão sobre a situação das mulheres para “depois da libertação deste ou daquele povo, depois do fim do racismo, depois da liberação dos proletários, depois da Revolução – enfim, **depois de tudo**”³⁸.

³⁷ Margareth Rago. “Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global” *Labrys, estudos feministas*. Nº 3, janeiro/julho 2003, p.5. www.unb.br/lh/his/gefem.

³⁸ Christine Delphy. Op. cit. P 193.